

Planalto desiste de convocar Congresso

O Governo não deverá mais convocar extraordinariamente o Congresso durante o recesso parlamentar, como chegou a ser cogitado há algumas semanas atrás. A afirmação foi feita ontem pelo líder do Governo no Senado, Marco Maciel, ao retornar da reunião do presidente Collor com seus ministros e líderes parlamentares. Segundo o senador o projeto cuja aprovação ainda este ano seria crucial — o ajuste fiscal de emergência — foi resolvido, não havendo portanto necessidade da convocação dos parlamentares.

Maciel também disse que o Governo está inaugurando uma nova fase de relacionamento com os partidos. Assim, durante todo o recesso, Collor estará mantendo encontros com líderes de todas as bancadas, a fim de consolidar sua base política. O presidente pretende ampliar os contatos inclusive com partidos de oposição. A intenção é manter aberto um canal constante de comunicação com os partidos, com o objetivo de aprovar, no próximo ano, projetos considerados vitais para a recuperação da economia do País.

Além dos itens do chamado **Emendão**, o Governo vai trabalhar no sentido de obter a aprovação de projetos que considera importantes para a sociedade, como o que trata da regulamentação dos portos, a participação dos empregados nos lucros das empresas, o fundo de investimento imobiliário, o imposto sobre grandes fortunas, a lei das patentes e a lei de competitividade industrial. "O Governo também quer aprovar no próximo ano uma verdadeira reforma tributária ampliada, que irá além do ajuste fiscal aprovado na semana passada", informou.

O líder governista adiantou que o Governo continuará tentando incluir a alíquota de 35 por cento do Imposto de Renda na fonte para quem ganha

acima de Cr\$ 3,4 milhões e já no próximo ano voltará a mandar ao Congresso projeto neste sentido. "Esta é uma medida importante e que atinge apenas uma pequena parcela da população assalariada", avaliou.

Com relação ao projeto de rolagem da dívida dos estados — fruto de intensa negociação com o PMDB para se obter a aprovação do projeto de ajuste fiscal de emergência — Maciel comentou que ele será sancionado pelo presidente Collor com apenas um veto. O item que dispõe sobre a venda de ações de empresas do estado a preço de mercado para o pagamento das dívidas será suprimido, por intervenção direta do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Incluído no projeto a pedido de Brizola, que pretendia vender as ações do Metrô, o dispositivo recebeu uma emenda de plenário obrigando a vincular as ações a preços de mercado. Como as ações do metrô estão desvalorizadas, Brizola pediu a Collor a supressão do item.

Ressalvas — Apesar desse tratamento preferencial dado ao governador do Rio, o deputado Waldir Pires, que pertence ao partido de Brizola, criticou ontem o Governo pela "política de terra arrasada" que vinha praticando. Para o ex-governador da Bahia, a Nação está "deixando de utilizar seus melhores recursos humanos e vendo condenar-se um parque industrial que é patrimônio dos brasileiros à inatividade".

De acordo com Waldir Pires, a política de juros altos é que está condenando todo o sistema econômico à ociosidade. "Não entendo", disse ele, "como o Governo reserva no Orçamento de 1991 o equivalente a 11 bilhões de dólares para pagar antecipadamente uma dívida mobiliária que só vence no ano 2.000.